



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco.

Após envio de ambos os processos à SUPRAM ASF para análise interdisciplinar, foram constatadas, porém, algumas irregularidades nos fatos narrados pela empresa em seus processos de licenciamento, quais sejam:

No ofício datado de 19/10/2007, protocolo R100459/2007, quando o empreendedor descreve o objeto de seu licenciamento, ele diz que, dentre outras atividades, no PA 00429/1999/002/2001, foi licenciado um forno semi-contínuo (produção 120t/dia) para produção de cal e uma unidade de britagem de cal virgem;

No entanto, o objeto do licenciamento constou os itens elencados pelo empreendedor, exceto este forno semi-contínuo (produção 120 t/dia) para produção de cal e unidade de britagem de cal virgem, vez que em verdade, foi licenciado um forno horizontal rotativo, totalmente diferente do que fora informado.

Segundo informações da equipe técnica da SUPRAM ASF, este forno horizontal rotativo – que fora licenciado nos autos do PA 00429/1999/002/2001 – foi desativado e não se encontra mais nas instalações da empresa. No entanto, o forno semi-contínuo (produção 120t/dia) para produção de cal e uma unidade de britagem de cal virgem ainda não foi licenciado, vez que trata-se do objeto de licenciamento deste PA 00429/1999/005/2003.

Tendo em vista que a empresa Cal Oeste Ltda possui outro processo em análise junto à SUPRAM ASF, qual seja, o Processo para Revalidação de Licença de Operação em caráter corretivo de nº 00429/1999/008/2009, requereu o arquivamento do Processo de Licença de Operação em caráter corretivo de nº 00429/1999/005/2003, do forno semi-contínuo (produção 120t/dia) para produção de cal e uma unidade de britagem de cal virgem, sob a alegação de que este forno já fora licenciado, vez que está contemplado no certificado de nº 411/2001, emitido em 12 de junho de 2008 pelo então Superintendente da SUPRAM Central Metropolitana.

Requereu ainda que este forno esteja incluído no anunciado processo de revalidação de licença de operação, para análise.

No entanto, importa lembrar que, conforme esclarecido, a empresa Cal Oeste Ltda acabou por induzir o Órgão Ambiental a emitir um certificado onde constasse o licenciamento do forno semi-contínuo (produção 120t/dia) para produção de cal e uma unidade de britagem de cal virgem, quando, em verdade, o licenciamento ocorreu para um forno horizontal rotativo, completamente diferente deste.

Conforme consta do preâmbulo deste parecer, o empreendimento em questão situa-se no município de Córrego Fundo/MG. Quando da emissão do referido Certificado nº 411/2001 – 12/06/2008 já estava em vigência o Decreto 44.667/2007, o qual dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – o município de Córrego Fundo integra a área de abrangência da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco, nos termos do anexo constante do referido Decreto. O art. 36 do referido Decreto dispõe:

SUPRAM - ASF

Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte
CEP 35.500-036 – Divinópolis MG

DATA: 03/03/2011



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco.



"(...)

Art. 36. Os certificados de licença deverão ser assinados pelos titulares das SUPRAMs e, em sua ausência, pelos titulares das respectivas Diretorias Regionais de Apoio Técnico." (grifos nossos).

O Decreto 44.770 de 8 de abril de 2008, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável impõe, em seu art. 44:

"Seção III

Da Superintendência da Região Central-Metropolitana de Meio Ambiente e das Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Art. 44. A Superintendência Central-Metropolitana de Meio Ambiente e as Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável têm por finalidade propor o planejamento e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos da respectiva área de abrangência territorial, competindo-lhes:

(...)

IV – analisar, técnica e juridicamente, de forma integrada e interdisciplinar, articulando-se com os órgãos e entidades do SISEMA, os processos de regularização ambiental de empreendimentos ou atividades desenvolvidas na sua respectiva área de abrangência, a cargo das URCs do COPAM, e conceder, por sua delegação, os atos autorizativos a eles inerentes, inclusive no que se refere à demarcação da reserva legal, autorização para exploração florestal, intervenção em área de preservação permanente;

VI – atuar por delegação da URC do COPAM, nos termos deste Decreto, no licenciamento de fonte ou atividade poluidora ou degradadora de meio ambiente, concedendo a Licença de Instalação e de Operação de empreendimentos ou atividades, que não sejam em caráter corretivo, de empreendimentos ou atividades desenvolvidas no território de sua respectiva área de abrangência;" (grifos nossos).

Também a Deliberação COPAM nº 308 de 4 de setembro de 2007, manifesta:

"Art. 1º - Fica delegada aos Superintendentes Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a competência para

SUPRAM - ASF	Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte CEP 35.500-036 – Divinópolis MG	DATA: 03/03/2011
--------------	--	------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco.

assinar os Certificados de Licença Ambiental, no âmbito de suas unidades. (grifos nossos).

Verifica-se, portanto, que o Superintendente Regional da Central Metropolitana concedeu uma 2ª via de Certificado ao empreendimento Cal Oeste Ltda, processo nº 00429/1999/002/2001, em 12/06/2008, após a vigência das referidas legislações.

Conforme se evidencia na legislação vigente, o referido Superintendente Regional não possuía competência para conceder o referido ato autorizativo, eis que o município cujo processo de licença se encontra em análise está fora da área territorial de abrangência da SUPRAM Central Metropolitana.

A legislação não deixa dúvidas de que os certificados de licença, bem como, os devidos atos autorizativos constantes dos processos de licenciamento deverão ser assinados pelos respectivos Superintendentes Regionais, dentro da área de abrangência territorial, especificada no Decreto 44.667/07.

A própria Lei nº 14.184 de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assegura:

"Art. 61. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que:

IV – esteja proibido por lei de fazê-lo."

Logo, a 2ª via do Certificado 411/2001 da empresa Cal Oeste Ltda. foi concedida por autoridade incompetente. Ao se fazer um paralelo entre o processo administrativo e as regras de processo civil, constata-se que o caso em espécie enquadra-se na figura da chamada "incompetência territorial".

Enquanto nos processos judiciais, a incompetência territorial se dá em razão da concessão de atos ou despachos por juízes distintos daqueles designados para determinada área de abrangência, no processo administrativo, a mesma regra vale para a concessão de atos por autoridades administrativas diversas daquelas designadas para gerenciamento de um determinado território.

A incompetência territorial gera nulidade do ato administrativo concedido.

Há que se salientar que existe o poder-dever de a própria Administração exercer o controle de seus atos, no que se denomina autotutela administrativa ou princípio da autotutela. No exercício deste poder-dever a Administração, atuando por provocação do particular ou de ofício, reaprecia os atos produzidos em seu âmbito, análise esta que pode incidir sobre a legalidade do ato ou quanto ao seu mérito.

SUPRAM - ASF

Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte
CEP 35.500-036 – Divinópolis MG

DATA: 03/03/2011



Na primeira hipótese – análise do ato quanto à sua legalidade -, a decisão administrativa pode ser no sentido de sua conformidade com a ordem jurídica, caso em que o ato terá confirmada sua validade; ou pela sua desconformidade, caso em que o ato será anulado.

No caso em comento, trata-se de ato ilegal, emanado por autoridade incompetente, caso típico de exercício da autotutela por parte do administrador público.

O próprio Supremo Tribunal Federal em duas situações distintas, nas Súmulas 346 e 473, se manifestou:

“Súmula 346. A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revoga-os por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”

Logo, entende-se que a nulidade do ato que concedeu a 2ª via do Certificado de nº 411/2001 em 12/06/2008 deve ser efetuada em face do princípio da autotutela. Há que se salientar ainda, que a autotutela se impõe também em razão de ter sido incluído no referido certificado como objeto do licenciamento um “forno semi-contínuo (120 t/dia) e unidade de britagem de cal”, quando, o que fora efetivamente licenciado, tratava-se de “um forno horizontal rotativo”. Não obstante, tal nulidade não pode advir da SUPRAM ASF, uma vez que o ato a ser anulado é proveniente da SUPRAM Central Metropolitana.

Desta forma, foi elaborado parecer jurídico destacando todos esses fatos, com envio do mesmo à Superintendente da SUPRAM Central Metropolitana, para que, entendendo pela referida nulidade, anulasse a concessão da 2ª via do Certificado 411/2001 emitido em 12/06/2008, em razão da incompetência da autoridade que proferiu ato, bem como, em razão de ter sido incluído no referido certificado como objeto do licenciamento um “forno semi-contínuo (120 t/dia) e unidade de britagem de cal”, quando, o que fora efetivamente licenciado, tratava-se de “um forno horizontal rotativo”.

O parecer foi acatado na íntegra pela Superintendente da SUPRAM Central Metropolitana, que exarou despacho no sentido de determinar a anulação da 2ª via do Certificado 411/2001 que foi assinado em 12 de junho de 2008, com publicação do referido ato.

Em face das determinações constantes nos pareceres da Advocacia Geral do Estado nºs 15.016/2010 e 15.044/2010, segundo os quais, o Órgão Ambiental não poderá exigir compensação ambiental de que trata a Lei 9.985/2000 (SNUC) para empreendimentos em que não tenham sido exigidos EIA/RIMA, deixaremos de condicionar a empresa a apresentar proposta de compensação ambiental, embora as atividades exercidas pelo empreendimento causem impactos ambientais significativos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco.

Conforme consta na condicionante nº do Anexo I deste parecer, o empreendimento ficou condicionado a apresentar Certificado do Corpo de Bombeiros, atestando a regularidade da empresa quanto às medidas de segurança e combate a incêndio ou projeto aprovado pelo mesmo.

Ante ao exposto, do ponto de vista jurídico, nada obsta a aprovação do presente Parecer, desde que atendidas às condicionantes sugeridas neste instrumento, pelo que se sugere a concessão da LOC pelo prazo de 06 (seis) anos.

5. CONCLUSÃO

Dessa forma, subsidiados pela avaliação dos documentos que compõem o processo COPAM Nº **00429/1999/005/2003** e vistoria realizada no empreendimento, a equipe técnica da SUPRAM-ASF **sugere concessão da Licença de Operação Corretiva, requerida pela Cal Oeste Ltda, localizada em Córrego Fundo-MG, condicionada ao cumprimento dos itens relacionados no Anexo I e II, com validade de 6 (seis) anos**

Cabe esclarecer que a SUPRAM – ASF não possui responsabilidade sobre os projetos de sistemas de controle ambiental liberados para implantação, sendo a execução, operação e comprovação de eficiência desses de inteira responsabilidade da própria empresa e seu projetista.

6. PARECER CONCLUSIVO

Favorável: (X) Sim () Não

7. VALIDADE: 6 (SEIS) ANOS

Data: 03/02/2011		
Equipe Interdisciplinar:	Registro de classe	Assinatura
Diogo da Silva Magalhães	CREA/MG 105.588/D	
Patrick de Carvalho Timochenco	MASP: 1.147.866-6	
Sônia Soares Siqueira Rocha Godinho	MASP: 1.020.783-5	

SUPRAM - ASF	Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte CEP 35.500-036 – Divinópolis MG	DATA: 03/03/2011
---------------------	--	------------------